

E quer ganhar apoios com sua política agrária

A proposta de Reforma Agrária do programa da Frente Brasil Popular deverá ser o eixo central para que o candidato Luís Inácio Lula da Silva consiga os desejados apoios de partidos de esquerda como o PCB, o PDT e o PSDB. Desde ontem, os economistas de plantão que elaboram o plano econômico da Frente Brasil Popular começaram a detalhar um pouco mais o programa e já sabem que o item referente à reforma agrária agrada aos demais partidos progressistas.

Um dos economistas da equipe da Frente, responsável pelos estudos da área agrícola e abastecimento, José Graziani, entende que é fundamental para a retomada do crescimento econômico a incorporação de uma massa de 40 milhões de trabalhadores rurais nesse processo. Para o PT, a Constituição limita muito a atuação do Estado e seus mecanismos de desapropriação são muito reduzidos. Além disso, o conceito de área produtiva para o PT é aquela que **está** produzindo, e não aquela que **pode** produzir, ou que simplesmente possui algumas cabeças de gado, sem cultivar nada, a não ser pastagens.

A linha de ação do governo de Lula buscará, portanto, uma

regulamentação ampla do conceito de terra produtiva e que permita ao Estado desapropriar aquelas que não estão sendo cultivadas (eles ainda não definiram os tamanhos mínimos a serem preservados). De outro lado, a proposta tentará resolver a maior parte dos problemas emergenciais que existem no campo, nas zonas de conflito, buscando assentamentos em terras públicas e áreas de colonização, para dar um destino às quase 400 mil pessoas que estão envolvidas em conflitos de terra e representam uma "chaga social". No primeiro ano de governo, a Frente Brasil Popular pretende resolver esse problema, garantiu o economista José Graziani, utilizando toda a instrumentação legal disponível, inclusive medidas provisórias.

Além dos latifundiários que têm terras improdutivas, quem deve temer o governo de Lula — segundo os próprios economistas — serão os banqueiros credores externos e os especuladores financeiros. Isso porque os pontos básicos do programa econômico são a suspensão do pagamento da dívida externa e uma renegociação da dívida interna. O professor da Unicamp Jorge Mattoso enfatizou que serão suspensos os acordos com os organismos interna-

cionais, e não serão negociadas suas condicionalidades. Em seguida será promovida uma auditoria para que o governo e a opinião pública conheçam o tamanho e as causas dessa dívida externa. Serão mantidos, porém, os créditos de curto prazo para que o fluxo de ingresso de recursos não fique totalmente bloqueado.

A dívida interna não terá calote ou choque, como especulam alguns. Segundo Jorge Mattoso, está prevista uma negociação com os detentores dessa dívida, de forma que os recursos (denominados recursos de estoque) sejam alocados para o setor produtivo, num processo paralelo ao alongamento do perfil da dívida. Quem sairá ganhando serão todos que produzem, e quem perde, naturalmente, são os especuladores. O mercado do ouro, dólar, bolsa de valores ~~continuarão operando normal-~~mente, tranquiliza Mattoso; o que muda é o perfil da especulação financeira no Brasil.

O combate aos oligopólios, com a abertura de mercado para outros setores ingressarem, e uma nova política de preços — através das câmaras setoriais das quais também os trabalhadores participarão — serão novidades que o programa econômico da Frente Popular detalhará.